

13º SALÁRIO NA ECONOMIA

A REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO FICARÁ COM MAIS DE 56% DOS R\$ 40 BILHÕES QUE O ESTADO MOVIMENTARÁ NO PERÍODO DO NATAL

Sesc

Senac

Aqui tem
a presença
do comércio



Com a aproximação do fim do ano, o comércio já começa a preparar para as vendas de Natal. Estima-se que o pagamento do 13º salário injetar-se pouco mais de R\$ 130 bilhões na economia brasileira em 2012 até dezembro, R\$ 13 bilhões a mais do que em 2011. O montante corresponde a 2,9% do Produto Interno Bruto (PIB) do País, beneficiando cerca de 80 milhões de brasileiros.

Dos R\$ 131 bilhões, um terço (cerca de 43 bilhões) deve ser destinado para o pagamento de dívidas, um terço para os compromissos de começo de ano, apenas um terço utilizado para o consumo.

O estado de São Paulo, maior vigor econômico do País, receberá cerca de R\$ 40 bilhões, aproximadamente 30% do total do Brasil e cerca de 60% da Região Sudeste. A cifra representa algo próximo de 2,7% do PIB estadual. Dissecando os números por região, algo em torno de R\$ 22,5 bilhões deve ser injetado na Região Metropolitana de São Paulo (56% do total do estado), R\$ 14,5 bilhões na capital, R\$ 1,7 bilhão no litoral e R\$ 15,7 bilhões no interior.

É importante ter em mente, porém, que boa parcela desse montante já foi injetada na economia ao longo do ano, seja como forma de adiantamento nas férias por solicitação do trabalhadores, seja por meio de acordo coletivo ou política da empresa. Entretanto, a maior parte, cerca de 70% do total, será paga no fim do ano.

pág. **02**

INFRAESTRUTURA

Os avanços necessários para colocar o País na rota do crescimento



pág. **03**

FERRAMENTA

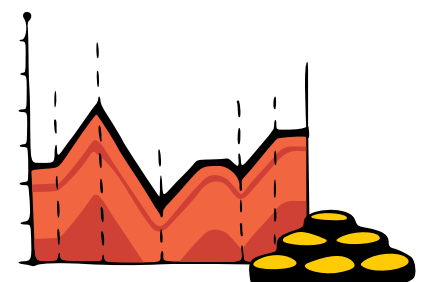
Programa de prevenção ajuda empresas a prevenir prejuízos



pág. **04**

INVESTIMENTOS

A renda fixa é o investimento indicado para 2013



CAMINHANDO CONTRA O TEMPO

O BRASIL JÁ FEZ AVANÇOS IMPORTANTES NA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA, MAS HÁ AINDA MUITO TRABALHO ANTES DE A ECONOMIA DECOLAR



Os avanços na economia brasileira nas últimas duas décadas são inegáveis. Não faltam indicadores para comprová-los e os benefícios desdobram-se no plano social.

E não seria exagero atribuir às privatizações em setores estratégicos de infraestrutura grande responsabilidade nesse processo, mesmo com inúmeras dificuldades, entre erros e acertos.

Polêmicas e convergências à parte, da lógica empresarial à questão político-ideológica, parece que até mesmo segmentos mais resistentes ao capital privado têm reconhecido sua importância e necessidade. E o governo central, com o recente anúncio de vultoso programa de investimentos em infraestrutura e logística de mais de R\$ 130 bilhões realça esse sentimento.

Mas ainda há muito a realizar. O aparelho estatal continua gigantesco e ineficiente, com sua estrutura e seus setores mantidos a custos sociais elevados. Daí porque, diferentemente

da amplitude, celeridade e dos resultados que marcaram a privatização nas telecomunicações – considerada exitosa –, caminha-se contra o tempo para colocar em pauta iniciativas e projetos voltados para a construção de hidrelétricas, rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, ainda sujeitos a indefinições, grandes carências e limitações, seja quanto aos investimentos, seja quanto à gestão.

Fato curioso no segmento aeroportuário, a propósito, merece destaque. Após a concessão das administrações dos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília a consórcios privados, algo novo e contraditório surge, demonstrando que, apesar da sinalização do governo em contar com a participação do setor empresarial, parece voltar à tona o espírito estatizante, o sentimento nacionalista, embora sob simples alegação de motivo de ordem financeira.

Em outros termos, conforme anúncio recente do governo federal, a esperada pri-

vatização dos aeroportos do Galeão, no Rio de Janeiro, e de Confins, em Belo Horizonte, não deverá ocorrer nos moldes anteriores. Será assegurada à Infraero, por exemplo, participar da gestão, independentemente do modelo de licitação adotado. A expectativa do governo é contar com a participação de grandes e experientes operadoras estrangeiras nessa parceria.

Ofato, no mínimo, suscita uma questão básica: o que levaria investidores privados, nacionais ou estrangeiros a se associarem à Infraero, empresa estatal historicamente marcada em sua atividade por problemas de gestão e baixa eficiência operacional, conforme análises de especialistas, estudos e posicionamentos de institutos e entidades, entre eles, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata).

Um simples número do Ipea mostra que a Infraero só executou 51% do orçamento de 2011, ou seja, pouco acima da média de 40% registrada entre 2003 e 2011, considerada baixa. Além disso, a Iata, que critica e classifica a infraestrutura aérea do Brasil como inadequada e desastrosa, enfatiza que 13 dos 20 principais aeroportos do País não têm como atender a demanda.

Esse é apenas um exemplo da situação precária da infraestrutura do País, na qual as indefinições superam os esforços governamentais, tornando distante a decolagem do setor e mostrando a necessidade de reforçar os esforços nesse sentido. Sem mudanças, não se cria ambiente favorável aos negócios que contemple regras claras e duradouras nas concessões, no aperfeiçoamento e na maior qualidade das agências reguladoras e possibilidade de ganhos aos investidores privados.

Vale lembrar que o tempo urge e que definições são vitais, sobretudo no segmento aeroportuário, diante da aproximação dos megaeventos mundiais que o Brasil sediará em 2014 e 2016, que colocarão o País no foco dos acontecimentos. A exposição do Brasil no cenário externo amplia a responsabilidade do governo federal de implantar e melhorar a infraestrutura do País.

A PREVENÇÃO DE PERDAS NO VAREJO

PROGRAMA ESPECIALIZADO É CAPAZ DE MINIMIZAR PREJUÍZOS QUE PODEM ALCANÇAR 2% DO FATURAMENTO DAS EMPRESAS

Hoje, os varejistas precisam lidar com consumidores maduros e um ambiente de elevada concorrência, onde há pouca flexibilidade para elevações de preços e garantir eficiência ao processo de distribuição e venda dos produtos. Diante disso, como lidar com ambiente competitivo, com pouco espaço para variações de preços e consumidores mais exigentes?

Dentre as estratégias, uma boa é lidar com a gestão de custos, que não é tão perceptível pelos consumidores e concorrentes,

bem como se adequar a modelos de criação de valor para seus clientes, o que implica maximizar benefícios valiosos e adotar diferenciais em relação aos concorrentes. E atenção aos serviços exclusivos, que facilmente podem ser copiados, fazendo com que deixem de ser especiais e passem a práticas comuns.

Nesse sentido, o Programa de Prevenção de Perdas, que não é novidade para muitas empresas brasileiras, e nos últimos anos, dado o

poder maximizador dos lucros, tem ocupado papel de destaque no planejamento estratégico. A ferramenta é eficaz na geração e preservação do lucro. Pesquisas mostram que a falta de cuidados com os produtos pode atingir significativamente o caixa das empresas e comprometer a gestão dos negócios. Em média, as perdas e desperdícios gerados por manuseio incorreto, furtos, problemas com fornecedores e erros administrativos corroem algo próximo de 2% do faturamento das empresas.

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL OBRIGATÓRIA

EU PAGO PRA VER!

CONQUISTAS, CONHECIMENTO, FORÇA, DIREITOS, SERVIÇOS, PRODUTOS, FACILIDADES, VANTAGENS, CRESCIMENTO, DESENVOLVIMENTO E REPRESENTATIVIDADE.

Quem paga a contribuição sindical patronal obrigatória, paga para ver tudo isso. Sabe por quê?

Na defesa dos seus direitos? Seu sindicato está lá. Na luta pelos seus interesses? Só dá ele. Nas negociações coletivas? Ele, é claro. Na busca por serviços que facilitam seu dia a dia? Nem precisa responder.

Seu sindicato realiza tudo isso e muito mais, por causa de um detalhe importante, ele é feito por comerciantes como você.

Comerciante, pague sua contribuição sindical patronal obrigatória até 31 de janeiro.

O CONTROLE NO MERCADO DE CÂMBIO

INTERFERÊNCIA DO GOVERNO É APONTADA COMO RESPONSÁVEL PELA PERDA DE VALOR DE EMPRESAS LISTADAS NA BOLSA EM MAIS DE R\$ 60 BILHÕES

O Banco Central (BC) continua controlando o mercado de câmbio. Há um canal de flutuação desenhado pelo governo, inferior a R\$ 2,05 e superior a R\$ 2,00, que o BC persegue. O governo considera que o dólar abaixo de R\$ 2,00 é prejudicial para a indústria nacional. A FecomercioSP acredita que o prejuízo é de ordem estrutural, como infraestrutura, tributos, burocracia, insegurança e custo/risco trabalhista. Acima de R\$ 2,05, o dólar complicaria sobremaneira a já complicada tarefa de controle inflacionário.

A renda fixa perdeu sua atratividade nos dois últimos anos. A expectativa de rendimento bruto para uma aplicação em CDI ou CDB para um ano é de pouco abaixo de 7%, a renda líquida não passa de 5,5%. Como as sondagens apontam para um IPCA de 5,5% para o ano, o rendimento real esperado literalmente zero. Em um passado não muito distante, era fácil indicar aplicações seguras e de bom retorno. Hoje o poupador brasileiro começa a equiparar-se ao do resto do mundo, tendo de escolher entre segurança e rentabilidade.

O caso do Ibovespa é mais complicado, pois a intervenção do governo também existe, mas não de forma tão óbvia como no câmbio. A intervenção sobre o câmbio já não parece ser a melhor opção de política econômica, dado que

o País escolheu o modelo de câmbio flutuante, mas é uma política mais conhecida e menos exótica: intervenções "brancas" nos momentos em que a autoridade monetária acha necessário, seja por forte pressão altista ou de baixa do dólar. Já a intervenção sobre o Ibovespa se dá de forma indireta, sem o efeito positivo esperado, ao menos no que se refere à função prática de manter a produtividade nacional ou conter a inflação. Não obstante, a FecomercioSP vem apontando para o fato de que a descrença do investidor com o mercado de ações, refletida no Ibovespa, devia-se às inconvenientes intervenções estatais. O gráfico a seguir mostra os efeitos ao longo de 2012.

No ano, o Ibovespa oscilou para um lado e para o outro, mas já chega em novembro com resultado píffio, alta de 1,1%, quando se esperava forte reação, principalmente pela vigorosa queda nos juros e no rendimento das aplicações em renda fixa. Todavia, as intervenções do governo sobre o preço de petróleo e o conselho da Vale já eram apontadas neste boletim como indevidas para a economia. Recentemente, e de forma tardia, bela análise sobre os efeitos da intervenção estatal pautou a imprensa. A interferência do governo nos preços da gasolina, afetou fortemente as empresas de energia elétrica,

com redução forçada das tarifas. Além da pressão do Estado sobre bancos e telecomunicações, afastando os investidores desses papéis no curto e no longo prazos.

A rigor, o Brasil tem para esses setores e empresas condições excepcionais de rentabilidade no curto prazo, algo raro em outros países. Não é racional o País ter perdido 24% do valor nas ações do setor elétrico, 21% na de telecomunicações, 10% na de bancos, além de fortes quedas nas ações da Vale e Petrobras. Com a atual demanda interna em alta e com as perspectivas no longo prazo, os investidores deveriam estar apostando fortemente no nosso mercado. Para completar, o rendimento de aplicações tradicionais e alternativas caíram substancialmente. Este era o ano de colocarmos o Brasil definitivamente na rota do mercado acionário, mas preferimos espantar os investidores. O resultado está nas gigantescas perdas de valores de empresas, em condições normais ultralucrativas e de grande longevidade. Isso é visível na trajetória ruim do Ibovespa em quase três anos, com períodos de recuperação sem sustentação, justamente por causa das intervenções do governo, que espantam investidores nacionais e estrangeiros.

Diante desse cenário, no curto prazo a dica é manter-se na renda fixa e garantir a reposição de perdas inflacionárias. Com esses recursos em aplicações seguras e de boa liquidez, o poupador pode calmamente esperar momento mais adequado para seguir para a bolsa. O próximo ano promete bons negócios para ela. Se bem que, no fim de 2011, a expectativa era a mesma.

IBOVESPA 2012



ECONOMix FECOMERCIO SP
Representa muito para você.

PRESIDENTE: Abram Szajman
DIRETOR EXECUTIVO: Antonio Carlos Borges
COLABORAÇÃO: Assessoria Técnica
COORDENAÇÃO EDITORIAL E PRODUÇÃO: Fischer2 Indústria Criativa
DIRETOR DE CONTEÚDO: André Rocha
EDITORA EXECUTIVA: Selma Panazzo
EDITORA ASSISTENTE: Denise Ramiro
PROJETO GRÁFICO E ARTE: TUTU
FALE COM A GENTE: economix@fecomercio.com.br
Rua Dr. Plínio Barreto, 285 - Bela Vista - 01313-020
São Paulo - SP - www.fecomercio.com.br